



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
GABINETE DO MINISTRO

DIRECTIVAS PARA A ELABORAÇÃO DO OGE - 2026

I. QUADRO DE REFERÊNCIA

Para uma correcta elaboração, apresentação, e conseqüente execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), a sua elaboração deverá obedecer o que consta nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 03/2007, de 12 de Fevereiro, (Lei que aprova do Sistema da Administração Financeira do Estado) e perspectivar uma evolução gradual para uma abordagem de Orçamento Programa. Assim, tendo em conta os dispostos no artigo 24.º da supracitada Lei, torna-se necessário despoletar os mecanismos para a elaboração do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2026.

A previsão de despesas para o ano 2026 é calculada na base do ritmo da actividade económica, a taxa de câmbio e de juros, a estimativa de receitas previstas bem como da meta do saldo primário estimado para o ano em referência, o nível de execução das despesas do orçamento do ano transacto, bem como a inflação e demais indicadores macroeconómicos previstos, tendo em atenção o objectivo do Programa do Governo, que se consubstancia em cinco Eixos fundamentais:

- (i) **Fortalecimento da Governança e Proximidade com o Povo:**
Promover uma governação transparente, participativa e eficiente, assegurando que o Estado esteja verdadeiramente ao serviço dos cidadãos e que a Administração Pública funcione de acordo com elevados padrões de qualidade e responsabilidade, em alinhamento com as necessidades da população;
- (ii) **Estímulo ao Desenvolvimento Económico e Sustentável:**
Dinamizar a economia nacional através da diversificação produtiva, do incentivo ao empreendedorismo e da atracção de investimentos, garantindo um crescimento sustentável e a criação de emprego;
- (iii) **Promoção da Justiça Social e Inclusão:** Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso equitativo à Saúde, à Educação à Protecção

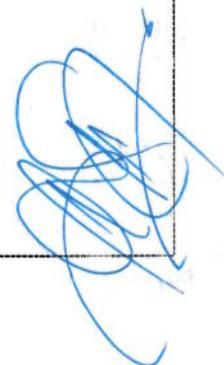
Social e ao Saneamento do Meio digno, promovendo a inclusão e reduzindo as desigualdades sociais;

- (iv) **Reforma e Modernização Administrativa:** Modernizar a administração pública e reforçar a segurança interna para garantir um Estado eficiente, ágil e mais próximo dos cidadãos;
- (v) **Integração Regional e Diplomacia Proactiva:** Fortalecer a presença de São Tomé e Príncipe no cenário internacional, promovendo parcerias estratégicas para investimentos, turismo e desenvolvimento sustentável.

Tendo em consideração o contexto socioeconómico mundial, o Governo orientou as suas políticas no sentido de alcançar os principais objectivos definidos, nomeadamente: implementação das soluções que permitirão restabelecer níveis aceitáveis de reservas cambiais, em resposta à reivindicação dos sindicatos e cientes da depreciação dos salários reais nos últimos anos, decidiu-se realizar um ajuste salarial, priorizar o sistema nacional de saúde, melhorar a educação e a formação profissional, recuperar as infra-estruturas, tornar cada vez mais efectivo o acesso à justiça, proteger melhor as pessoas e os bens, reforçar os sistema de defesa nacional e aumentar a advocacia junto dos nossos parceiros actuais e potenciais para que mantenham o seu nível de contribuição à ajuda pública internacional. Sendo que quaisquer medidas visando o alcance de um desses objectivos, incorporam todos eles em simultâneo.

Em sinopse, o objectivo do Programa do Governo assume um compromisso firme e duradouro com a construção de um país mais justo, próspero e sustentável, em que a governação se baseia em princípios de transparência, proximidade com os cidadãos e eficiência administrativa. Este Programa reflecte a visão estratégica do Governo para os próximos anos, traçando acções concretas e específicas para a modernização do Estado, a dinamização da economia e do turismo sustentável, a promoção da justiça social e o fortalecimento da presença do País no cenário internacional

O fortalecimento da resiliência do crescimento económico gerador de emprego se obriga a uma mobilização de recursos externos, destinado a transformar e melhorar as condições de vida dos são-tomenses, pelo que, o Governo considera a coesão social como factor determinante para implementação desta política.



II. PROPOSTA DO ORÇAMENTO

A proposta de Orçamento Geral do Estado para 2026 deve ser concebida para enfrentar os desafios económicos atuais e promover o desenvolvimento sustentável. As reservas internacionais líquidas permanecem em níveis baixos devido a uma maior dependência do financiamento baseado no apoio dos principais parceiros, enquanto a inflação conhece uma tendência decrescente, fruto dos esforços para aumentar a produção local de alimentos e bens essenciais, reduzindo as importações e, consequentemente, a exposição aos choques externos.

As estimativas apontam um crescimento económico de 2,9%, em 2025, perspetivando um crescimento de 4,7%, em 2026. No entanto, a contração do financiamento poderá afetar a perspetiva de crescimento a longo prazo. A escassez de financiamento poderá obrigar a reduzir os recursos destinados a sectores de desenvolvimento críticos, como a saúde, a educação e as infraestruturas, enfraquecendo o potencial de crescimento da economia do país.

Para lidar com esses desafios, serão adotadas três prioridades em termos de políticas que poderão ajudar a corrigir os desequilíbrios macroeconómicos no contexto das actuais limitações de financiamento:

- Solidificar e reforçar a gestão das finanças públicas num contexto de condições de financiamento difíceis. Para tal, o Governo continuará a mobilizar as receitas, melhorar a gestão dos riscos orçamentais e gerir a dívida de forma proactiva.
- Conter a inflação. Espera-se que a política monetária, que deve ser executada com uma certa prudência, conjugada com aumento da oferta dos produtos agrícolas, hortícolas, piscícolas e de pecuária faça com que a inflação adote uma trajetória claramente descendente, regressando ao nível pré-pandémico e verificado antes da guerra do leste europeu.
- Certificar que as medidas importantes implementadas para financiar e abordar as alterações climáticas não colocam em segundo plano o financiamento destinado a sectores essenciais, como a saúde, educação e protecção social.

No sentido de implementar uma política macroeconómica que conduza ao crescimento económico, o Governo irá adotar políticas que estimulem o aumento da procura, facilitem e incentivem a reafecção de recursos aos sectores que possam emergir de forma persistente, enquanto priorizará as necessidades imediatas da população, ao mesmo tempo em que se prepara para uma recuperação sustentável.

Lançar as bases para a promoção da retoma de um crescimento económico sustentado, a criação de emprego e o reforço da coesão social, através da promoção do princípio de solidariedade, são também os desafios que obrigarão o Governo a prestar uma maior atenção à estabilidade macroeconómica, de modo a criar as condições básicas, não só para melhorar a sua capacidade de atracção de investimentos, como também para ter uma melhor gestão e controlo das suas finanças públicas.

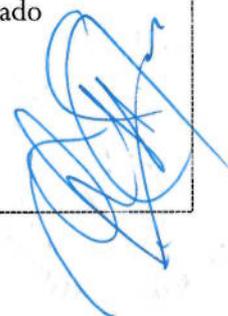
O Governo continuará a implementar reformas visando a eliminação de barreiras conducentes a melhoria do ambiente de negócios (modernização e eliminação de procedimentos) e consequentemente atracção de investimentos privados, disponibilizando linhas de créditos de apoio aos investimentos e a assistência com liquidez do sector produtivo, turismo e outros, prosseguirá com melhoria das infra-estruturas económicas. Neste sentido, serão implementadas acções que visem melhorar o ambiente de negócios, sobretudo, no que tange a capacidade de fazer cumprir os contratos, de resolver insolvências, registo de propriedade, obtenção de créditos e protecção dos pequenos investimentos.

Mais especificamente, dar-se-á prioridade em criar espaços para as despesas com efeitos multiplicadores enquanto outras despesas estarão sob forte controlo, incluindo a massa salarial da função pública. Serão dadas continuidade as reformas estruturais apoiadas pelos nossos parceiros, a fim de lançar as bases para a recuperação, incluindo a consolidação da implementação do IVA, de forma a aumentar as receitas fiscais.

Ciente de que a solidez das finanças públicas tem um papel preponderante na estratégia de desenvolvimento, na medida em que transmite confiança aos investidores e doadores e ainda permite ao Estado eliminar desperdícios que poderão ser canalizados para investimentos estratégicos, visando promover a estabilidade macroeconómica, o Governo continuará a promover a consolidação orçamental para melhorar a posição fiscal e reduzir a dívida pública, que deverá ser acompanhado de um nível de inflação sustentável capaz de promover o desenvolvimento do país.

Paralelamente, não descurando o cumprimento das medidas definidas com as instituições de *Bretton Woods*, o Governo será rigoroso na concretização do processo de ajustamento da economia e, em particular, dos objectivos e exigências a que está sujeito, precavendo-se contra eventuais desenvolvimentos adversos externos e internos.

No que concerne à política orçamental, é sabido que a estrutura das receitas públicas e a qualidade das despesas públicas são factores determinantes para que o Estado



cumpra os seus objectivos principais, nomeadamente a prestação de serviços aos cidadãos; a contribuição para uma sociedade mais justa e a promoção do crescimento através do reforço da competitividade económica.

Os objectivos gerais de política do programa de médio prazo continuam firmes, designadamente a consolidação orçamental associada ao reforço dos instrumentos de política monetária para apoiar o regime de paridade cambial; a reforma das empresas públicas para conter os riscos orçamentais e melhorar o ambiente empresarial; a promoção de uma maior transparência e prestação de contas; e a intensificação dos esforços em matéria de adaptação às alterações climáticas e igualdade de géneros. Estas acções são críticas para garantir um crescimento sustentável mais inclusivo para criar emprego e melhorar as condições de vida da população.

Desta forma, os anteprojectos dos orçamentos a apresentar pelos organismos da Administração Central do Estado, Administração Regional, Local e Serviços e Fundo Autónomos, deverão ser elaborados de conformidade com os modelos anexos, acompanhados de notas justificativas devidamente fundamentadas, obedecendo à política orçamental definida pelo Governo.

A elaboração da proposta do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2026 deverá ter por base os princípios consagrados na Lei n.º 3/2007 e seguindo os classificadores aprovados pelo Decreto n.º 4/2007, bem como os objectivos da política económica e financeira subjacentes ao orçamento para 2026, a saber:

- i. Adoptar medidas que visem elaboração de Orçamentos do Estado, que sejam coerentes com os objectivos e as prioridades definidas;
- ii. Continuar o esforço gradual de consolidação orçamental por forma a preservar a sustentabilidade da dívida e reforçar os mecanismos de amortecimento de choque externos;
- iii. Consolidar a estabilidade macroeconómica, em particular com a manutenção da dívida pública em níveis sustentáveis e o aumento das reservas cambiais;
- iv. Aprofundar as reformas, de modo a garantir uma prestação de serviços da Administração Pública eficiente e eficaz;
- v. Manter a transparência orçamental e padrões de responsabilização elevados;
- vi. Desbloquear o potencial de crescimento da economia, reformando o sector energético, promovendo o turismo e reforçando a adaptação às alterações climáticas.
- vii. Desenvolver políticas para o incentivo do sector privado, com a finalidade de aumento das receitas para o cofre do Estado.

Tabela 1: Evolução dos Principais Indicadores Macroeconómicos

Indicadores	Real 2022	Real 2023	Real 2024	Proj. 2025	Proj. 2026	Proj. 2027	Proj. 2028	Proj. 2029	Proj. 2030
PIB nominal (milhões de Dobras)	12 690	15 762	18 756	21 130	23 532	25 854	28 272	30 942	33 863
PIB real (taxa %)	0,2%	0,4%	1,1%	2,9%	4,7%	3,9%	3,5%	3,5%	3,5%
PIB nominal (taxa %)	15,98%	24,21%	19,0%	12,7%	11,4%	9,9%	9,4%	9,4%	9,4%
Taxa de câmbio Dbs/USD (média anual)	23,47	22,83	22,81	22,81	22,81	22,81	22,81	22,81	22,81
Taxa de câmbio Dbs/EURO (média anual)	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5
Taxa de Juro Ref.ª BCSTP (%)	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Inflação (média anual em %)	25,2	17,1	11,6	7,8	6,1	5,0	5,0	5,0	5,0
Inflação (variação homóloga em %)	18,0	21,1	14,4	9,7	7,0	5,6	5,0	5,0	5,0
Saldo primário interno (% do PIB)	-6%	-1,9%	0%	1%	1,5%	2%	2%		
Balança corrente em % do PIB	-14,69	-12,25	-1,90	-4,00	-3,70	-3,70	-3,40	-3,00	-3,10
Balança de capital (%PIB)	8,10	7,76	5,70	5,71	5,15	4,04	3,27		
Balança financeira (%PIB)	-19,81	-6,27	-1,40	-5,80	-4,10	-5,00	-4,80	-4,50	-4,30
Massa Monetária (variação anual)	9,9%	5,3%	0,5%	4,0%	1,2%	0,6%	0,9%	1,6%	2,1%
Activo externo líquido (variação anual)	-12,4%	15,2%	25,1%	3,1%	6,6%	28,1%	17,9%	20,4%	16,0%
Crédito a Economia (variação anual)	-16,0%	-24,2%	6,1%	4,6%	2,7%	2,1%	2,2%	1,3%	1,3%

III. DIRECTRIZES GERAIS PARA O ANO 2026

A metodologia da elaboração do orçamento deverá seguir as linhas orientadoras do Programa do Governo e das Grandes Opções do Plano (GOP), enquanto instrumentos de intermediação da política, planeamento e orçamento. De acordo com as metas definidas no quadro fiscal de médio prazo, o Governo tem como meta do saldo primário doméstico valor de 1,5% do PIB para o ano de 2026, partindo de 1% projectado para 2025, para reduzir os níveis de dívida, inflação e reduzir pressões sobre as reservas internacionais líquidas. Essa meta será conseguida através da contenção das despesas e a mobilização de receitas que, por conseguinte, irão ajudar a salvaguardar a paridade cambial e a reduzir o fardo da dívida.

Para atingir este objectivo, estão em curso a consolidação do processo da arrecadação do IVA, que se espera vir a produzir receitas adicionais, e a melhoria na administração fiscal, permitindo que as receitas fiscais atinjam, de forma consistente, cerca de 14,14% do PIB em 2026.

Tabela 2: Plafond Sectorial para Orçamento 2026

ÓRGÃOS	Execução 2022	Execução 2023	OGE 2024	OGE 2025	Pré-Orçamento 2026				
					Funcionamento	PIP	Despesa Financeira	Total	% Estr.
01.0.00-AN	75 055	88 328	92 235	102 002	95 000	3 500,0	0,0	98 500,0	2,1
02.0.00-TC	25 849	18 409	28 000	29 000	24 000	10 000,0	0,0	34 000,0	0,7
03.0.00-TCT	14 902	8 131	11 000	12 167	10 000	1 000,0	0,0	11 000,0	0,2
10.0.00-TJ	32 084	49 810	47 800	55 000	50 000	5 000,0	0,0	55 000,0	1,2
20.0.00-PR	16 341	13 428	16 547	18 000	14 929	1 618,0	0,0	16 547,0	0,4
21.0.00-GPM	53 562	114 591	82 077	95 427	70 727	11 350,0	0,0	82 077,0	1,7
22.0.00-PGR	16 884	17 879	28 871	36 460	27 571	1 300,0	0,0	28 871,0	0,6
23.0.00-MDAI	314 321	271 800	332 416	394 205	320 674	11 742,0	0,0	332 416,0	7,0
24.0.00-MNECC	63 140	50 784	129 372	148 984	140 000	8 000,0	0,0	148 000,0	3,1
25.0.00-MJAPDM	128 172	46 599	93 489	161 118	70 269	23 220,0	0,0	93 489,0	2,0
26.0.00-MTSS	207 288	0	31 969	99 243	13 226	18 743,0	0,0	31 969,0	0,7
27.0.00-MEF	338 734	161 267	316 823	436 045	214 980	124 528,0	0,0	339 508,0	7,2
29.0.00-MECCES	655 968	576 620	800 279	926 442	770 000	147 768,0	0,0	917 768,0	19,4
32.0.00-MIRNMA	568 877	114 346	475 890	1 051 598	52 053	423 838,0	0,0	475 891,0	10,1
33.0.00-MS	438 027	332 832	482 996	689 564	400 000	382 300,0	0,0	782 300,0	16,6
35.0.00-MADRP	78 919	23 968	101 085	368 216	38 788	62 297,0	0,0	101 085,0	2,1
39.0.00-MA	0	0	20 468	201 282	30 000	70 000,0	0,0	100 000,0	2,1
70.0.00-GRP	109 954	109 651	128 425	144 075	107 169	21 256,0	0,0	128 425,0	2,7
71.0.00-CDAG	20 384	27 427	46 301	48 201	35 517	10 784,0	0,0	46 301,0	1,0
72.0.00-CDCG	8 185	9 941	20 994	22 883	15 994	5 000,0	0,0	20 994,0	0,4
73.0.00-CDC	7 306	9 341	12 753	14 512	9 753	5 000,0	0,0	14 753,0	0,3
74.0.00-CDLMB	10 318	8 804	17 818	14 764	11 318	6 500,0	0,0	17 818,0	0,4
75.0.00-CDLOBT	12 165	17 832	38 363	31 683	21 000	10 000,0	0,0	31 000,0	0,7
76.0.00-CDMZ	10 950	14 624	27 966	32 168	19 966	7 887,0	0,0	27 853,0	0,6
91.0.00-EGE	713 865	639 633	908 577	1 373 960	600 000	63 969,2	311,0	664 280,2	14,1
Total Geral	3 938 191	2 740 896	4 363 000	6 507 000	3 269 474	1 449 418	311	4 719 203	100,0

Conhecendo os diversos constrangimentos que o país enfrenta no aumento da produtividade da economia e arrecadação de receitas, recomenda-se um esforço conjunto e robusto no controlo das despesas operacionais não prioritárias para o exercício orçamental de 2026. Desta forma, a contenção da despesa será realizada mediante o controlo da massa salarial da função pública, permitido apenas aumentos criteriosos das despesas pró-pobres, despesas de investimentos e despesas sensíveis ao género.

Para 2026, espera-se um crescimento da economia a rondar os 4,7%, tendo em consideração que se espera o arranque e a continuação dos projetos estruturantes com financiamento externos, nomeadamente Reabilitação da Marginal 12 Julho, Construção de um novo Hospital, Reabilitação da Estrada Nacional n.º 1, Reabilitação do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe, STP Digital, COMPRAM, PRIASA e *Zunta Món*. De igual forma, com a atualização da estratégia do sector do turismo associada a criação da escola de turismo, espera-se que o sector do turismo continue com a tendência crescente observada no período pós-pandémico.

Conforme o exposto, se estabelece as seguintes directrizes gerais que orientam a elaboração do Orçamento para 2026, visando a consolidação da arrecadação das receitas e contenção na execução das despesas:

A. DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Contenção das Despesas de Funcionamento. Para cada um dos Órgãos/Ministérios será atribuído um limite, “*Plafond* Orçamental” para Despesas de Funcionamento, conforme a Tabela 2, conservando cada um a necessária autonomia para afectar os recursos de acordo com a prioridade intra-sectorial.

Será realizada após discussões técnicas entre os Órgãos/Serviços, Direcção do Orçamento e a Direcção do Planeamento, uma arbitragem política entre o Ministro que tutela a área das Finanças e respectivas tutelas sectoriais e posterior decisão política do Conselho de Ministros.

Eventuais despesas para além do *plafond* devem ser apresentadas à parte e devidamente fundamentadas, juntando provas dos objectivos e metas a atingir. As despesas de carácter inevitável serão assumidas como prioritárias.

Os serviços da Administração Pública e respectivos dirigentes são responsáveis pelo cumprimento da obrigação de prestação de todas as informações sobre as receitas que arrecadam e a sua consequente orçamentação, prevendo-se nas situações de incumprimento, a suspensão das transferências do Orçamento Geral do Estado.

A.1 - DESPESAS COM PESSOAL

A massa salarial deve-se, ao médio-prazo, convergir para perto de 8,4% do PIB, limitando a contratações de novos funcionários, a fim de manter a o número total dos funcionários públicos em grande medida inalterado ao longo do tempo através da diminuição natural do pessoal e da reforma da administração pública, associado ao controlo rigoroso da despesa com horas extraordinárias nos ministérios sectoriais.

A quantificação das despesas com o pessoal deve ser feita na base de listas nominais dos efectivos existentes em 2025, segundo o modelo de Anexo II, de acordo com as alíneas seguintes:

- Acompanhado com a respectiva relação nominal conforme o anexo II-A, contendo nas colunas referentes à situação do pessoal, as seguintes observações:
- V) - Vago; E/S) - Pessoal em efectivo Serviço; P/R) - Pessoal reformado; L/L) - Pessoal em regime de licença limitada; L/I) - Pessoal em regime de licença ilimitada; P/E) - Pessoal em estágio no exterior do país; P/I) - Pessoal em estágio no interior do país; O) - Pessoal ausente por outros motivos não mencionados nos anteriores; E/JM) - Evacuado por junta médica.

- Para efeito da alínea anterior os serviços competentes deverão sempre indicar o período de ausência, a data de início para os casos previstos nos códigos E/S à P/E. Nas observações apresentadas deverão igualmente constar os lugares vagos existentes.
- As propostas de outras despesas com o pessoal, tais como, remunerações diversas, participações, prémios e outras, também deverão ser devidamente justificadas.

A.2 - DESPESAS COM BENS E SERVIÇOS

Para a justificação de despesas com o combustível e lubrificante, os organismos e seus serviços, etc., devem apresentar uma relação de todas as viaturas em circulação, dela constando: a marca, o tipo de combustível, a afectação das mesmas e outras especificações, conforme a ficha de instrução apresentada nos Anexos V-A e V-B.

Todos os organismos da Administração Central do Estado e seus Serviços devem apresentar a previsão das suas despesas com água e energia eléctrica, transportes e comunicações, discriminando as respectivas verbas, observando-se rigorosamente o princípio da austeridade orçamental. O crescimento respeitante a outras rubricas de bens e serviços deve obedecer às prioridades das despesas.

A.3 - ENCARGOS COM VIAGENS

As despesas de Encargos com Viagens (Bilhetes de Passagens e Subsídios de Deslocação) devem ser dotadas em função do programa de deslocações para 2025. Para justificação dessas despesas deve ser apresentado um plano de deslocações, discriminando o país, o período de permanência, a composição das delegações e a data de viagem, de conformidade com o Anexo III, obedecendo à política Orçamental. Igualmente devem considerar uma margem para viagens imprevistas.

A.4 - DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS

As transferências concedidas aos outros Órgãos de Soberania, Governo Regional e Local devem ter em conta as restrições orçamentais impostas pelo nível do crescimento económico, bem como as previsões de cobrança de receitas para o período orçamental em referência. Para o efeito, em 2026 as transferências correntes deverão manter-se conforme a Tabela 2, e não será autorizado que as entidades públicas contraíam empréstimos para compensar o nível das mesmas.

B. DESPESAS DE INVESTIMENTO PÚBLICO

A elaboração da proposta do orçamento de Investimento Público deve ter em conta a nomenclatura do Classificador Orçamental, aprovado pelo Decreto n.º 4/2007. Considera-se Investimento, apenas as despesas com os pagamentos para a aquisição de activos de capital fixo, existências estratégicas ou de emergência, terra ou activos intangíveis, compensação por danos ou destruição de activos de capital ou aumento de capital financeiro.

Na elaboração das propostas de Investimento, os Órgãos, através das Direcções Administrativas e Financeiras (DAF), deverão encaminhar à Direcção do Orçamento a justificação e a ficha técnica, que devem fazer parte integrante da proposta. Na justificação referida, deverá estar definida uma estratégia sectorial que permita o enquadramento do programa proposto, devendo conter para cada projecto:

- Objectivos a alcançar,
- Justificação das respectivas prioridades;
- Identificação dos projectos que se articulam ou dependem da realização de programas ou projectos de responsabilidade de outro Órgão,
- Orçamento e programa da sua execução.

Tendo em conta a limitação de recursos financeiros, na elaboração do Programa de Investimento Público (PIP), os sectores devem dar primazia aos Projectos em curso em relação aos Projectos Novos, devendo apresentar um relatório síntese sobre o ponto de situação (física e financeira) de todos os projectos em curso.

C. ORÇAMENTO SENSÍVEL AO GÉNERO

Num esforço para promover a igualdade de género, o empoderamento económico das mulheres e o crescimento inclusivo, o país iniciou com o apoio da UE, FMI e as Nações Unidas uma iniciativa piloto de orçamentação com enfoque no género no sector de água e saneamento do Ministério Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

Esta iniciativa responde aos compromissos acordados no Contrato de Reforma Sectorial de Água e Saneamento, assinado em 2014 com a União Europeia, e ajudará o país a atingir as metas 6.1 (Acesso universal e equitativo a água potável), 6.2 (Acesso

a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação ao ar livre, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade), 6.4 (Aumentar a eficiência do uso da água), 6.5 (Gestão integrada de recursos hídricos), 6.a (Ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação em actividades e programas relacionados à água e saneamento) do Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 6 (Água potável e Saneamento) e as Metas 5.1 (Erradicar todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas), 5.5 (Igualdade de oportunidades e participação efectiva das mulheres na tomada de decisão) e 5.c (Fortalecer políticas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres e meninas) do ODS n.º 5 (Igualdade de género), no contexto dos compromissos internacionais assumidos no âmbito da Agenda 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento.

Para o ano 2026, os projectos de investimento público devem reflectir os programas e acções que constam no Programa do Governo, sendo que este incluirá uma análise do impacto sobre o género e os respectivos marcadores de género, com referências sobre a data prevista de conclusão, o número total de beneficiários desagregados por sexo, detalhes sobre as alocações orçamentais e, sempre que possível, os ganhos projectados em igualdade de género.

Como parte desta iniciativa de orçamentação com enfoque no género, estes sectores também envidarão esforços para disponibilizar dados sobre a percentagem de funcionários do sexo masculino e feminino em cada nível do ministério (administrativo, técnico, coordenação, etc.) e sobre os salários médios para funcionários do sexo masculino e feminino em cada nível no ministério.

D. RECURSOS EXTERNOS

O Ministério da Economia e Finanças junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades deverão encontrar mecanismos que viabilizem a abertura de negociações junto dos diferentes parceiros para mobilização e utilização de recursos considerados necessários para o financiamento dos projectos de desenvolvimento a serem implementados durante o ano 2026.

Todo o pedido de financiamentos para projectos acima referidos, através dos fundos de contrapartida, a ser solicitado a qualquer organismo financiador, deverá passar pelos canais do Ministério da Economia e Finanças e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

E. EMPRESAS PÚBLICAS E INSTITUIÇÕES AUTÓNOMAS

Os Ministérios que tutelam as Empresas Públicas e Instituições Autónomas devem orientá-las no sentido de enviar os seus orçamentos financeiros, na data fixada para a entrega dos anteprojectos de Orçamento à Direcção do Orçamento, de forma a cumprir o estipulado na alínea f) do n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 03/2007 (Lei do SAFE).

O Orçamento do Banco Central deve ser remetido directamente ao Gabinete do Ministro da Economia e Finanças, devendo o mesmo ser acompanhado das justificações necessárias.

F. PRAZO DE REMESSA DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO

Na necessidade de cumprimento do cronograma da elaboração do Orçamento Geral do Estado para o ano 2026, relativamente aos prazos de elaboração do Orçamento Geral do Estado, de conformidade com o Artigo 24º «alterado» da Lei n.º 03/2007 (Lei do SAFE), todos os órgãos da Administração Central do Estado devem colaborar no sentido de enviar à Direcção do Orçamento, o anteprojecto do seu orçamento referente ao ano de 2026, devidamente ajustadas e compatibilizadas com as políticas, prioridades e directrizes, globais e sectoriais do Governo, **até ao dia 15 de Julho de 2025**. O não cumprimento desta disposição poderá implicar a simples recondução do orçamento de 2025, para o sector em falta, com as devidas adaptações.

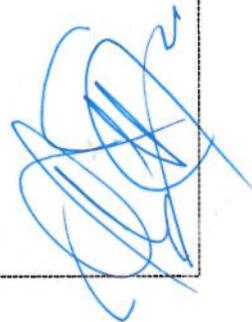
G. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Todos os sectores que tenham dívidas em atraso deverão inscrever no seu orçamento, nas rubricas 360000 - Despesas Correntes dos Exercícios Findos e 440000 - Despesas de Capital de Exercícios Findos, verbas para o pagamento das mesmas.

As propostas de pagamento das cotizações para organizações internacionais deverão ser previamente programadas e inscritas no orçamento do sector.

As despesas com actividades relacionadas com organização de reuniões, seminários relacionados com vinda de Missões e Delegações estrangeiras e outras, deverão ser devidamente orçamentados.

H. DÚVIDAS E OMISSÕES



As dúvidas e omissões que surgirem do cumprimento e aplicação da presente directiva serão resolvidas através de notas de esclarecimento da Direcção do Orçamento.

Gabinete do Ministro do Estado da Economia e Finanças, em S. Tomé, 16 de Junho de 2025.

O Ministro,

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke extending to the right.

Gareth Haddad do Espírito Santo Guadalupe